



Entidade Adjudicante | Instituto Hidrográfico

Número Processo Despesa | 3022011288

Procedimento | Concurso Público

Objeto do Contrato PRR - Fornecimento de três embarcações para aquisição de dados técnico-científicos para experimentação, com atrelado

CADERNO DE ENCARGOS

Despacho de Aprovação:

Aprovo, nos termos do despacho de subdelegação de competências n.º 6357/2022, de 12 de maio de 2022, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, publicado no Diário da República n.º 98, 2.ª série, de 20 de maio de 2022, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do Código dos Contratos Públicos.

O Diretor Geral

Mário José Simões Marques
Contra-Almirante

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	4
CAPÍTULO I - Disposições Gerais	4
Artigo 1.º Objeto	4
Artigo 2.º Contrato	4
Artigo 3.º Duração e vigência do Contrato.....	4
Artigo 4.º Local de entrega dos bens	4
Artigo 5.º Requisitos “Não prejudicar significativamente (DNSH)”	5
CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais	5
SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário	5
Artigo 6.º Obrigações principais do adjudicatário.....	5
Artigo 7.º Conformidade dos bens	5
Artigo 8.º Inspeção dos bens	5
Artigo 9.º Inconformidades ou discrepâncias.....	6
Artigo 10.º Receção dos bens	6
Artigo 11.º Aceitação dos bens	6
Artigo 12.º Rejeição dos fornecimentos	7
Artigo 13.º Fatura Eletrónica	7
Artigo 14.º Garantia dos bens	7
Artigo 15.º Dever de sigilo	7
SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante	8
Artigo 16.º Preço Base	8
Artigo 17.º Preço Contratual	8
Artigo 18.º Condições de pagamento	8
Artigo 19.º Mora no pagamento	8
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução	9
Artigo 20.º Penalidades contratuais	9
Artigo 21.º Força maior	9
Artigo 22.º Resolução por parte do contraente público	10
Artigo 23.º Resolução por parte do adjudicatário	10
Artigo 24.º Execução da caução	10
CAPÍTULO IV – Disposições Finais	11
Artigo 25.º Comunicações e notificações	11
Artigo 26.º Cessão da posição contratual e subcontratação	11
Artigo 27.º Fiscalização	11
Artigo 28.º Gestor do Contrato	11
Artigo 29.º Acesso às instalações.....	11
Artigo 30.º Proteção de dados	12
Artigo 31.º Foro competente	12
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS	12
Artigo 32.º Requisitos Técnicos	12
ANEXO A - EXTENSÃO DO FORNECIMENTO	13

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	FINALIDADE	13
3.	OBJETIVO	13
	ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.....	15
1.	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS	15
1.1.	CERTIFICAÇÃO	15
1.2.	LOTAÇÃO	15
1.3.	DIMENSÕES.....	15
1.4.	DESLOCAMENTO.....	15
1.5.	AUTONOMIA	15
1.6.	VELOCIDADE	16
1.7.	SISTEMA DE PROPULSÃO	16
1.8.	SISTEMA DE PROPULSÃO	16
1.9.	SISTEMA DE GOVERNO.....	16
1.10.	SISTEMAS DE LIMITAÇÃO DE AVARIAS – INCÊNDIOS	17
1.11.	SISTEMAS DE LIMITAÇÃO DE AVARIAS – ALAGAMENTOS	17
1.12.	CASCO	17
1.13.	CABINE	17
1.14.	AGUADA	18
1.15.	SANITÁRIOS	18
1.16.	ESPAÇO DE ARRUMAÇÃO	18
1.17.	CLIMATIZAÇÃO	18
1.18.	MASTROS E PARQUE DE ANTENAS	18
1.19.	CONSOLA DE COMANDO E EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO	19
1.20.	PALAMENTA	19
1.21.	REBOQUE PARA TRANSPORTE	19
1.22.	MANUAIS E DESENHOS TÉCNICOS	19
1.23.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	20
1.24.	GARANTIA	20

1.25.	FORMAÇÃO	20
1.26.	CADERNO DE PROVAS	20
2.	INFORMAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS	21
3.	EXTENSÃO DE FORNECIMENTO	21
4.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	21
5.	CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	21
5.1.	CERTIFICADOS	21
6.	CONDIÇÕES DE RECEÇÃO	21

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição dos bens discriminados no Anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Instituto Hidrográfico, doravante designado por contraente público.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O caderno de encargos e respetivos anexos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.
4. Também em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente artigo e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.
3. A entrega total dos bens será efetuada no prazo máximo de 240 dias, a contar da data mencionada no ponto 1, sendo as embarcações e respetivos atrelados, entregues parcialmente conforme Anexo A.

Artigo 4.º | Local de entrega dos bens

1. Os bens serão entregues na Base Hidrográfica da Azinheira - Quinta da Trindade, Azinheira 2840-515 Seixal (Portugal).
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, o seguinte:
 - Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
 - Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do material;

4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 5.º | Requisitos “Não prejudicar significativamente (DNSH)”

O adjudicatário compromete-se a adotar medidas de não prejudicar significativamente os objetivos ambientais comunitários e nacionais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, em conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de "não prejudicar significativamente" (Comunicação da Comissão nº 2021/C58/01).

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 6.º | Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
 - a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;
 - b. Obrigação de garantia dos bens, donde se releva a apresentação do diploma de garantia contra defeitos de fabrico, de conceção ou de qualidade dos materiais por um período de 5 anos, após o ato de recção;
 - c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções;
 - d. Obrigação de manter a entidade adjudicante atualizada das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 7.º | Conformidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos, incluindo a conformidade com a amostra entregue durante a tramitação procedimental, caso aplicável.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo e, ainda, terem as qualidades e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

Artigo 8.º | Inspeção dos bens

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no

presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos, sendo efetuada através de testes e por peritos técnicos do contraente público, para verificação das características, especificações e requisitos qualitativos.
3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 9.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.

Artigo 10.º | Receção dos bens

1. Os bens devem ser acompanhados de guia de remessa, em triplicado, e respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
 - a. Número do Processo de Despesa (NPD);
 - b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
 - c. Número do Compromisso;
 - d. Número Nacional de Abastecimento (NNA/NSN), caso aplicável;
 - e. Morada;
 - f. IBAN e código SWIFT;
 - g. Endereço de Email;
 - h. NIPC ou VAT NUMBER.
 - i. Cada artigo deverá conter a indicação do respetivo Número Nacional de Abastecimento (NNA).
2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA.

Artigo 11.º | Aceitação dos bens

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 7.º comprovem a total conformidade dos bens objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de

Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 12.º | Rejeição dos fornecimentos

1. Os bens rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.
3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do contraente público sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

Artigo 13.º | Fatura Eletrónica

1. O adjudicatário deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor.

Artigo 14.º | Garantia dos bens

1. A garantia dos bens importa o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Por reparação do bem entende-se que, na falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o presente contrato.
3. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
4. O casco deverá ter uma garantia contra defeitos de fabrico, de conceção ou de qualidade dos materiais durante o período de 5 (cinco) anos, após o ato de receção pela Marinha Portuguesa. Já os equipamentos terão uma garantia de 2 (dois) anos, nas mesmas condições descritas (decreto lei nº 67/2003, 8 de abril de 2003).

Artigo 15.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 16.º | Preço Base

1. O preço acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de 650 000,00 € (seiscentos e cinquenta mil euros) (IVA excluído), considerado como parâmetro base do preço contratual.
2. Deverá ser respeitado o preço individual definido no Anexo A, definindo-se esse preço individual como parâmetro base do procedimento e, como tal, não podendo em qualquer caso ser ultrapassado.

Artigo 17.º | Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, é da responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
4. O contrato a celebrar não será objeto de negociação nem de revisão de preços.

Artigo 18.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.

Artigo 19.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 2 do artigo anterior, quando aplicável.

4. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução

Artigo 20.º | Penalidades contratuais

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante notificará-lo-á para cumprir dentro de um prazo não superior a 5 dias, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse na prestação.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;
 - b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 1,5‰, por cada dia de atraso;
 - c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 3‰, por cada dia de atraso.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
5. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 21.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 22.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 23.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 24.º | Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para tal exista fundamento.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CAPÍTULO IV – Disposições Finais

Artigo 25.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 26.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
 - a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar cessão da posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
 - b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - c. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Adjudicatário não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 27.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 28.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, foram nomeados o Capitão-de-fragata Carlos Alberto dos Santos Fernandes como gestor do contrato efetivo, e o Capitão-de-fragata Eugénio Carlos Gameiro Mateus como gestor do contrato suplente, cuja função é de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 29.º | Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Artigo 30.º | Proteção de dados

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - c. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, ao abrigo do contrato;
 - d. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados;
 - e. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - f. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais;
2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Artigo 31.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 32.º | Requisitos Técnicos

A Especificação Técnica faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando do Anexo B.

ANEXO A - Extensão do Fornecimento

1. Introdução

1. No âmbito da edificação do Centro de Desenvolvimento de Tecnologias de Observação do Oceano (IH-SENSORTECH) foi identificada a necessidade de adquirir embarcações para aquisição de dados técnico-científicos para experimentação.
2. Com este investimento pretende-se:
 - a. Potenciar o desenvolvimento de soluções inovadoras de adaptação ligadas ao mar que reduzem substancialmente o risco de efeitos negativos do clima atual e sua evolução prevista para o futuro;
 - b. Contribuir para prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, bem como minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos;
 - c. Contribuir positivamente para a utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
 - d. Contribuir muito positivamente para a gestão sustentável e proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros na medida em que visa o desenvolvimento de atividades de previsões de evolução no curto e longo prazo da biodiversidade que permitam estabelecer estratégias de conservação e gestão de atividades económicas sustentáveis;
 - e. Contribuir para um sistema de sensibilização assente numa base de dados marinha nacional e num gémeo digital, bem como numa rede de centros de investigação, desenvolvimento, experimentação e inovação, com vista a reforçar os meios de observação dos oceanos, contribuir para o objetivo de criar um oceano digital, promover o conhecimento e fornecer soluções para intervenções no mar, como a recolha de dados aéreos, náuticos e submarinos, o conhecimento dos fenómenos oceânicos e a cartografia dos oceanos para fins científicos.

2. Finalidade

A presente Especificação Técnica define os requisitos técnicos, logísticos e operacionais a que devem obedecer as embarcações acima referidas.

3. Objetivo

Apetrechar o IH-SENSORTECH com três embarcações para aquisição de dados técnico-científicos para experimentação. As embarcações deverão ser construídas em material de elevada resistência, para que possam operar em zonas de baixa profundidade, sem que isso afete seriamente o seu casco devido à eventual existência de rochas. O transporte das embarcações deverá ser viável com recurso a reboque homologado e uma das embarcações deverá ter dimensões que permita o transporte em contentor de 40 pés.

Assim, deverão ser adquiridas as seguintes embarcações com as seguintes características gerais:

- a) **Uma embarcação transportável em contentor (40-foot High Cube container)** a partir de agora designadas como embarcações tipo 1 e respetivo reboque. Preço de 200.000 €, considerando-se este valor como parâmetro base do procedimento e, como tal, não podendo em qualquer caso ser ultrapassado. Prazo de entrega até 150 dias após a adjudicação.

- b) **Duas embarcações com instalação sanitária**, a partir de agora designadas como embarcações tipo 2 e respetivos reboques. Preço de 450.000 €, considerando-se este valor como parâmetro base do procedimento e, como tal, não podendo em qualquer caso ser ultrapassado. Prazo de entrega, uma embarcação até 90 dias após a adjudicação e a segunda embarcação até 240 dias após a adjudicação.

ANEXO B - Especificação Técnica

1. Requisitos Obrigatórios

Serão excluídas as propostas que não satisfaçam todos os requisitos obrigatórios abaixo enumerados.

1.1. Certificação

As embarcações terão **marcação CE**.

Os motores terão certificação **IMO Tier 2 e SOLAS**.

1.2. Lotação

As embarcações terão capacidade para transportar cinco pessoas (três no interior e duas no exterior).

1.3. Dimensões

a. Embarcação tipo 1

- i. Comprimento fora-a-fora entre 7,8 m (sete metros e oitenta centímetros) e 8 m (oito metros);
- ii. Boca entre 2,30 m (dois metros e trinta centímetros) e 2,34 m (dois metros e trinta e quatro centímetros);
- iii. Altura da quilha ao topo não superior a 2,70 m (dois metros e setenta centímetros).

b. Embarcações tipo 2

- i. Comprimento fora-a-fora entre 8,7 m (oito metros e setenta centímetros) e 9,0 m (nove metros);
- ii. Boca entre 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) e 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- iii. Altura da quilha ao topo não superior a 2,70 m (dois metros e setenta centímetros).

1.4. Deslocamento

a. Embarcação tipo 1

Peso máximo, sem combustível, sem tripulação e com a palamenta especificada neste documento: 2700 kg.

b. Embarcações tipo 2

Peso máximo, sem combustível, sem tripulação e com a palamenta especificada neste documento: 2900 kg.

1.5. Autonomia

O perfil normal de aquisição de dados técnico-científicos implica diariamente duas horas para trânsitos (40 milhas a 20 nós) e quatro horas de recolha de dados (24 milhas a 6 nós). As embarcações deverão ter autonomia para efetuar este perfil de navegação cinco dias seguidos sem necessidade de reabastecer.

1.6. Velocidade

As embarcações, com o casco limpo, mar de força 2 (Douglas) e vento de força 2 (Beaufort), cumprirão com os seguintes requisitos de velocidade:

- a. Velocidade de recolha de dados: 6 nós;
- b. Velocidade de cruzeiro: acima de 20 nós na condição de carga correspondente à embarcação completa com toda a palamenta e acessórios, os depósitos de combustível cheios e cinco tripulantes a bordo.

1.7. Sistema de propulsão

A propulsão das embarcações será feita através de um motor a diesel inboard com certificação **IMO Tier 2 e SOLAS**, stern drive, com duoprop propellers, power steering e trim hidráulicos, adequada aos requisitos de autonomia e velocidade descritos em 1.5. e 1.6. O arranque do motor será elétrico, alimentado por baterias de tecnologia **AGM**, com capacidade para executar 6 arranques consecutivos do motor, que serão carregadas por alternador acoplado ao motor. O motor a bordo, para além da potência necessária à propulsão, deverá ter potência sobran te para alimentar eletricamente a embarcação.

1.8. Sistema de propulsão

- a. A instalação elétrica cumprirá com a norma ISO 13297:2020 – Small Craft – Alternating and direct current installations.
- b. Todos os componentes elétricos e eletrónicos possuirão, no mínimo, IP66/67 e os cabos estarão adequadamente fixos, bem como as ligações protegidas dos efeitos da água salgada.
- c. Os circuitos elétricos das embarcações, serão alimentados por um grupo de baterias de tecnologia AGM, com uma tensão de 24 V, com características elétricas adequadas à utilização projetada para a embarcação (mínimo 170 Ah).
- d. As baterias serão carregues em continuo por alternador, quando as embarcações se encontrarem a navegar e através de carregador de baterias adequado para o efeito, quando estiverem atracadas no porto.
- e. As embarcações terão capacidade de produção de energia elétrica para alimentar os equipamentos de bordo com uma tensão de 24 V, assim como os sistemas amovíveis instalados para a aquisição de dados, com uma tensão de 240 V, obtida através de conversor com uma potência mínima de 2500 W. A configuração tipo destes sistemas amovíveis é a seguinte:
 - i. sondador multifeixe (EM2040C): 70W max
 - ii. rádio UHF (ADL): 2W nominal
 - iii. sistema de posicionamento e atitude (Seapath 130 + MRU5+): 17W max
 - iv. ou sistema (Seapath 330/380 + MRU5+): 140W max
 - v. 3 monitores LED de 22": 60W
 - vi. Glomex WIFI: 2W
 - vii. Portátil 2W: 30W

1.9. Sistema de governo

As embarcações, terão os seguintes sistemas e equipamentos:

- a. *Sterndrive* hidráulico com duas hélices coaxiais, com capacidade para içar a coluna acima da quilha;
- b. *Trim* hidráulico;
- c. Volante na consola para manobra da embarcação;
- d. Sistema de governo de emergência para manobra da embarcação.

1.10. Sistemas de Limitação de avarias – incêndios

- a. Deverão ter um sistema fixo de extinção de incêndio no compartimento do motor, com uso de agente extintor *Novec 1230*, com funcionamento automático e manual, operado a partir da cabine;
- b. Deverão ter dois extintores portáteis na cabine, um de CO₂ (5 kg) e um de espuma ABC (6 kg).

1.11. Sistemas de Limitação de avarias – alagamentos

- a. Deverão ter 2 (duas) bombas de esgoto elétricas com um débito conjunto de no mínimo 80 litros por minuto, que permita o esgoto de qualquer um dos compartimentos do casco. Estas bombas terão sensores que permitam o funcionamento em automático;
- b. Deverão ter 1 (um) alarme sonoro e visual de alagamento (nível alto) relativo aos compartimentos do casco.

1.12. Casco

- a. O casco será em compósito **HPDE** com verdugo TPE no costado;
- b. Existirão quatro olhais para içar a embarcação com estropos;
- c. Existirão seis cabeços ou cunhos na borda para amarrar a embarcação;
- d. Os componentes metálicos da embarcação (nomeadamente todos os componentes sujeitos a esforços elevados) serão fabricados em aço inoxidável **AISI 316 L**;
- e. O convés, com revestimento antiderrapante, possuirá um moonpool a meia-nau para imersão de equipamentos científicos;
- f. O tanque de combustível será em alumínio, adequado à autonomia definida em 1.5, com filtros de combustível e separadores de água;
- g. Possuirão um tanque de aguada, adequado a cada tipo de embarcação: embarcação tipo 1: 30l; embarcações tipo 2: 40l;
- h. Tanque de dejetos: as embarcações tipo 2 deverão possuir um tanque para recolha dos dejetos da instalação sanitária. O despejo do tanque será feito para o exterior, com a embarcação atracada, por sistema de descarga autónomo, de maneira a que sejam evitados quaisquer vertidos.
- i. Existirá um paiol da amarra à proa.

1.13. Cabine

- a. As embarcações deverão possuir uma cabine construída em alumínio com espaço para 3 (três) lugares sentados. A cabine possuirá isolamento térmico e será pintada pelo exterior com esquema de pintura a fornecer pelo Instituto Hidrográfico (IH), sendo o seu interior na cor preto.
- b. O lugar do patrão da embarcação e o do sondador deverão permitir a operação em conforto através da instalação de cadeiras com suspensão hidráulica, tipo *Cleemann Nautic Star Crew* ou equivalente, montadas a vante da cabine e viradas para vante. O lugar do patrão será a estibordo

(EB). O terceiro lugar poderá ser obtido através de cadeira com especificações de absorção ao choque inferiores às restantes e pode ser montada por trás da cadeira do sondador com as costas viradas para a antepara lateral da cabine.

- c. O patrão deverá ter uma vista livre desde a proa até, pelo menos, duas quartas para ré do través, sentado a ré da consola de comando. O lugar do sondador deverá ter uma bancada com espaço para dois teclados e pelo menos para dois monitores de 22".

1.14. Aguada

Existirá um sistema de pressurização para utilização da água existente no tanque da aguada. Este circuito possuirá uma torneira no exterior a ré da cabine.

1.15. Sanitários

Nas embarcações tipo 2, deverão existir dentro da cabine uma instalação sanitária delimitada por anteparas, com porta e com uma sanita com sistema de evacuação por gravidade com acionamento manual. A descarga será feita para o tanque de dejetos, que terá um sistema próprio de descarga para o exterior, na situação de embarcação atracada.

1.16. Espaço de arrumação

- a. A cabine deverá ainda ter espaço para todos os equipamentos da embarcação, espaços de arrumação para objetos de pequenas dimensões, um bastidor de 12U (alt. 62cm x larg. 60cm x prof. 60cm) com sinoblocos para amortecimento das vibrações, e uma área para armazenamento de equipamentos portáteis com 1m³.
- b. A cabine deverá também ter acesso para a cablagem das antenas e equipamentos montados no exterior, preferencialmente na antepara a ré por forma a ficar protegido dos elementos.

1.17. Climatização

- a. A cabine deverá ter um sistema de ar condicionado com capacidade para climatizar o seu interior, que permita manter na condição de compartimento fechado, temperaturas inferiores a 23º celsius e uma humidade relativa inferior a 60%, mesmo com condições adversas de temperatura do ar exterior superiores a 35º celsius e humidade relativa superior a 90%.
- b. Uma vez que o bastidor é destinado a equipamentos extremamente sensíveis a temperaturas elevadas, este deve possuir um sistema de extração de ar por forma a que o ar envolvente aos equipamentos seja o mais fresco possível. O equipamento de ar condicionado deverá preferencialmente ser arrefecido através da água do mar e utilizar o fluído frigorígeno R32.
- c. A cabine deverá possuir um sistema de renovação do ar interior, assim como local para passagem de cablagem do interior para o exterior.
- d. A cabine deverá possuir isolamento térmico e acústico que reduza a transferência do calor para o interior e que permita permanecer no seu interior por períodos superiores a 6 horas sem necessidade de equipamento de proteção individual (EPI) acústico.

1.18. Mastros e parque de antenas

- a. No exterior, a cabine deverá possuir um parque de antenas (GNSS, UHF, VHF e GSM) com vários pontos de fixação, acesso da cablagem ao interior e rebatível para poder ser transportado em contentor 40'HC.
- b. As embarcações serão dotadas de um pau de bandeira amovível colocado a ré e um mastro rebatível comportando luzes de navegação, um refletor radar e balões de capacidade de manobra reduzida. Deverão ainda atender ao seguinte: as luzes de navegação serão de tecnologia LED e estarão conformes com a regra nº 210 do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (RIEAM) e o refletor radar estará conforme com a norma **ISO 8729**.

1.19. Consola de comando e equipamentos de navegação

- a. As embarcações serão dotadas de uma consola de comando com indicador da temperatura do líquido de refrigeração, manómetro de pressão de óleo do motor, odómetro, taquímetro do motor, volante de direção, chave de ignição e arranque do motor, manípulo de controlo de velocidade e sentido de marcha, agulha magnética para navegação com iluminação própria, interruptor para comando da bomba de esgoto e interruptores para as luzes de navegação. Terão ainda, alarmes sonoros e luminosos para temperatura alta do líquido de refrigeração e pressão baixa de óleo de lubrificação e de alagamento.
- b. A embarcação deverá estar equipada com um sistema AIS, comunicações GMDSS (VHF DSC/RT), um plotter e uma sonda de navegação.

1.20. Palamenta

- a. Estropos/cintas certificadas para içar a embarcação, em conformidade com o ponto 1.12 B);
- b. Caixa de primeiros socorros estanque, com local de estiva;
- c. Bartedouro flutuante;
- d. Buzina de ar comprimido;
- e. Duas boias de cor laranja, com cabo de 30 m de comprimento e iluminação;
- f. Um Ferro de fundear (Ancoroe) sem cepo e haste direita tipo Delta;
- g. Um cabo de polyester adequado para fundear a embarcação com, no mínimo 30 m de comprimento e 12 mm de bitola, preso a 1,5 m de amarreta em aço inoxidável AISI 316L de 8 mm de bitola;
- h. 4 cabos de amarração adequados à embarcação;
- i. 4 defensas cilíndricas adequadas à embarcação (a propor pelo fabricante, sob aceitação do IH);
- j. Caixa de ferramentas básicas para pequenas manutenções e reparações no motor;
- k. 5 coletes de salvação para adulto;
- l. EPIRB;
- m. Bomba de esgoto portátil.

1.21. Reboque para transporte

As embarcações deverão ser fornecidas cada uma com um reboque adequado às dimensões e peso das embarcações. O reboque deverá estar homologado para poder circular nas estradas em Portugal.

1.22. Manuais e desenhos técnicos

- a. Serão fornecidos três (3) conjuntos de documentação técnica referente às embarcações em papel e um (1) em suporte digital.
- b. A documentação técnica contemplará:
 - i. Desenhos técnicos da embarcação;
 - ii. Estudo de estabilidade com indicação da posição do centro de gravidade e metacentro;
 - iii. Descrição do funcionamento da embarcação;
 - iv. Manual de operação da embarcação;
 - v. Manuais de operação dos equipamentos;
 - vi. Manuais de manutenção dos equipamentos ao nível do operador;
 - vii. Manuais de manutenção dos equipamentos ao nível da oficina;
 - viii. Lista de sobressalentes que contemple a referência do artigo, designação e quantidade;
 - ix. Lista de materiais, com a sua constituição da embarcação e dos equipamentos.
- c. A documentação técnica referente aos pontos 1.22.c, 1.22.d e 1.22.e deverá estar obrigatoriamente em português. A restante documentação, deverá estar preferencialmente em português, ou em alternativa em inglês. A tradução para português, deverá ser realizada por entidade competente para o efeito, devendo esta informação ser prestada pelo adjudicado.
- d. A documentação técnica deverá ser estruturada, redigida em suporte de qualidade adequada para manuseamento frequente e com uma elevada qualidade de impressão, por forma a permitir uma consulta fácil, clara e com acesso completo a toda a informação.

1.23. Assistência técnica

- a. O fornecedor garantirá o fornecimento de sobressalentes para os equipamentos por um período mínimo de 10 anos.
- b. O fornecedor garantirá capacidade para realizar a assistência técnica aos equipamentos.

1.24. Garantia

O casco deverá ter uma garantia contra defeitos de fabrico, de conceção ou de qualidade dos materiais durante um período de 5 (cinco) anos, após o ato de receção pela Marinha Portuguesa. Já os equipamentos terão uma garantia de 2 (dois) anos, nas mesmas condições descritas (decreto lei nº 67/2003, 8 de abril de 2003).

1.25. Formação

O adjudicante garantirá capacidade para ministrar uma formação no local de receção da embarcação sobre operação, manutenção e resolução de problemas dos equipamentos.

1.26. Caderno de provas

- a. O fabricante, seus representantes ou fornecedor deverá elaborar um caderno de provas que comprove o cumprimento dos parâmetros funcionais da embarcação e a sua conformidade com os requisitos especificados nesta especificação técnica. O caderno de provas deverá ser enviado para o Instituto Hidrográfico, pelo menos 8 semanas antes da realização das provas de receção.

- b. O Instituto Hidrográfico analisará o caderno de provas proposto e providenciará os comentários necessários, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de receção.

2. Informação Indispensável para Avaliação das Propostas

Para apreciação das propostas, as entidades devem fornecer:

- a. O preço total por embarcação (incluindo respetivo reboque) discriminado pelos vários sistemas/equipamentos a fornecer em plena satisfação dos requisitos obrigatórios;
- b. A documentação referida nos pontos 1.22.a./c./i., em português (preferencialmente) ou inglês que contenha toda a informação necessária à verificação positiva de todos os requisitos obrigatórios referente ao ponto 1;
- c. Declaração de apoio logístico por um período mínimo de 10 anos, conforme ponto 1.23;
- d. Diploma de garantia contra defeitos de fabrico, de conceção ou de qualidade dos materiais, conforme ponto 1.24.
- e. Declaração de capacidade para ministrar formação, conforme ponto 1.25;

3. Extensão de Fornecimento

Uma embarcação tipo 1, com reboque adequado à circulação nas estradas portuguesas e duas embarcações tipo 2, com reboque adequado à legislação portuguesa.

4. Critérios de Avaliação

As propostas que cumpram com os requisitos obrigatórios serão avaliadas pelo mérito económico (preço mais baixo).

5. Condições de Fornecimento

O fornecimento do material processa-se em conformidade com as condições estipuladas no presente Caderno de Encargos.

5.1. Certificados

Serão entregues os certificados referidos no ponto 1.1, assim como os certificados e/ ou declarações de conformidade de todos os materiais utilizados e equipamentos, bem como as respetivas fichas de segurança (quando aplicável).

6. Condições de Receção

- a. Serão efetuadas provas de receção que comprovem o cumprimento dos parâmetros funcionais dos equipamentos e a sua conformidade com os requisitos desta especificação.
- b. Será elaborado um caderno de provas conforme ponto 1.26.
- c. O adjudicante ou outra entidade por si designada conduz as provas de receção.
- d. O fabricante, seu representante ou fornecedor, prepara e conduz a embarcação durante as provas de receção, prestando o Instituto Hidrográfico o apoio necessário.

- e. É elaborado um relatório de provas de receção, da responsabilidade do adjudicante ou outra entidade por si designada, de acordo com o caderno de provas em anexo, que é assinado por todos os intervenientes.
- f. O Instituto Hidrográfico reserva-se o direito de recusar o material que não cumprir as especificações enunciadas na proposta e que não sejam corrigidas no prazo máximo de um mês.
- g. O Instituto Hidrográfico reserva-se o direito de recusar o material que apresenta degradação ou condições que indiquem que não está no estado de “novo”.